



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA-UNILAB**

INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH

CURSO DE GRADUAÇÃO DE BACHAREL EM HUMANIDADES

FRANCISCO GLEIDISON CORDEIRO LIMA

**UM ESTUDO SOBRE O ACESSO AS POLÍTICAS PÚBLICAS PELO POVO
INDIGENA KARÃO JAGUARIBARAS**

REDENÇÃO

2020



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA-UNILAB**

INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH

CURSO DE GRADUAÇÃO DE BACHAREL EM HUMANIDADES

FRANCISCO GLEIDISON CORDEIRO LIMA

**UM ESTUDO SOBRE O ACESSO AS POLÍTICAS PÚBLICAS PELO POVO
INDIGENA KARÃO JAGUARIBARAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Bacharel em Humanidades na modalidade presencial do Instituto de Humanidades (IH) da UNILAB como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Andrea Yumi Sugishita Kanikadan

REDENÇÃO

2020

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Lima, Francisco Gleidison

Cordeiro. L696e

Um estudo sobre o acesso as políticas públicas pelo povo indígena Karão Jaguaribaras / Francisco Gleidison Cordeiro Lima.
- Redenção, 2020.

19f: il.

Outro - Curso de Humanidades, Instituto de Humanidades,
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia
Afro- Brasileira, Redenção, 2020.

Orientador: Profa. Dra. Andrea Yumi Sugishita Kanikadan.

1. Política pública. 2. Aldeia indígena - Karão Jaguaribaras.
3. Índios - Ceará. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 320.6

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

GLEIDISON KARÃO (FRANCISCO GLEIDISON CORDEIRO LIMA)

**UM ESTUDO SOBRE O ACESSO AS POLÍTICAS PÚBLICAS PELO POVO INDIGENA
KARÃO JAGUARIBARAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades na modalidade presencial do Instituto de Humanidades (IH) na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB-Campus Redenção

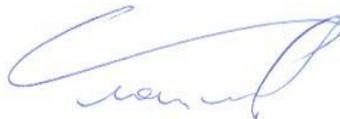
Aprovado em 21 de outubro de
2020

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Andrea Yumi Sugishita Kanikadan (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB



Prof. Dr. Leandro de Proença Lopes

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB



Prof. Dr. Rhuan Carlos Santos Lopes

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

AGRADECIMENTOS

Nesse espaço quero expor minha imensa gratidão a todos os seres materiais e imateriais, encarnados e desencarnados que permitiram concluir mais essa importantíssima etapa. Aos grandes espíritos Kahoo que no grande Yorém nos traz a vida e constrói o possível, e com suas energias vem abençoando este momento importante na trajetória de minha vida. Agradecer a toda nação Jaguaribaras que com muito orgulho faço parte dessa importante luta a qual me faz existir. Ao meu povo Karão Jaguaribaras Aldeados e desaldeados lutando por seus espaço de direito.

Agradecer aos ancestrais que derramaram seus sangue e suor para que eu pudesse estar aqui hoje. Ao meu Kalembre Feijão que contribui fixamente com meu ser. As minhas lideranças a qual hoje sou reflexo de seus ensinamentos ancestrais, minha Kasike Mãe Ota e meu Papuã Ruy Karão os pilares principal para meu desenvolvimento e conhecimento. Aos meus irmão que juntos formamos uma unidade forte de guerreiros. Agradecer a minha companheira Merremii Karão por tantos desafios que tivemos juntos e conquistas e ao Meu pequeno guerreiro Lohan Karão por dar força e motivo de tantas vitórias.

Gratidão ao corpo acadêmico junto com Todes que fizeram parte e também os que fazem parte desse lindo projeto da a Universidade da integração Internacional da lusofonia Afro Brasileira, a todes professor@s que me acompanharam ao longo desses semestres. Ao grupo de Estudo com os povos indígenas, espaço de grande importância para indígenas e Quilombolas ingressantes na UNILAB e que muito me deu força em todo o processo acadêmico. Agradecer imensamente a minha orientadora Dr. Andrea Yumi, que me acompanhou grande parte de minha graduação, com muita maestria e dedicação, onde juntos construímos diversos trabalhos e produzimos conhecimento me fazendo cada vez mais consistente nos meus Objetivos e bagagem para a vida.

Agradecer aqui a oportunidade de estar concluindo este curso nesta instituição de diversidades, experiência essa que levarei onde eu for, juntamente com todos que contribuíram e doaram parte de suas energias e conhecimentos, pois acredito que todo conhecimento vem do coletivo a todos meu mais sinceros agradecimentos, AHOO.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o acesso às políticas públicas pela comunidade indígena Karão Jaguaribaras da Aldeia Feijão em Canindé no Estado do Ceará. Trata-se de realizar diagnóstico sociocultural, econômico e ambiental, destacando as políticas disponíveis para cada dimensão. Para tanto, será feito levantamento de dados primários e secundários com técnicas participativas. Como dados secundários, serão levantados documentos, artigos, dissertações e teses já publicados, e como dados primários, realizaremos oficinas participativas e entrevistas semiestruturada, buscando conhecer as formas de uso e ocupação de territórios, as diversas atividades socioeconômicas e culturais desenvolvidas e o acesso às políticas públicas. As populações indígenas sofrem processos de invisibilidade, violência e exclusão desde à colonização. Diante desse histórico, grupos indígenas são tratados à margem da sociedade. Ao longo dos séculos, em meio a lutas intensas, conseguiram sobreviver e se reproduzir, realizando atividades de subsistência. Seu modo de vida atual necessita um tipo de reprodução social que considere o seu não-isolamento. Com a constituição de 1988, criou-se um importante marco na garantia dos direitos indígenas, pois o estatuto do índio de 1973, seguia um velho código civil brasileiro de 1916, onde previa prioritariamente que as populações deveriam ser integradas ao restante da sociedade, Sendo reforçada pela convenção 169 da OIT que visibiliza os povos indígenas e tribais, suporte que permite e dá força a povos indígenas, dá seu grito de existência, e deixa para esses povos uma série de direitos. Aos poucos grupos étnicos vão quebrando seus silêncios e reivindicando seus direitos, como é o caso do povo Karão Jaguaribaras. A partir desse estudo será possível compreender tais aspectos, conhecer o Povo Karão Jaguaribaras afim de se buscar soluções que garantam a prosperidade futura, que a partir do estudo será possível compreender tais aspectos, conhecê-los a fundo no intuito de se buscar soluções que garantam e os assegurem-lhes o direito de viver de acordo com seus costumes. A abordagem aqui proposta auxiliará na análise, elaboração e acesso às políticas públicas para as comunidades em questão e evidenciará sua relação com o território e a necessidade da titulação dos mesmos. Por fim, espera-se com esta pesquisa, documentar a existência dos índios Karão Jaguaribaras do Kalembre (Aldeia) Feijão que fica nas divisas de Aratuba com Canindé no Ceará, e a sua importância dentro da sociedades do Estado.

Palavras chaves: Agricultura. Kalembre. Políticas públicas. Povo Karão Jaguaribaras.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
2 TEMA	08
2.1 Problema.....	08
2.2 Objetivo Geral.....	09
2.3 Objetivos Específicos.....	09
3 JUSTIFICATIVAS.....	09
4 METODOLOGIA	10
5 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
6 RESULTADOS ESPERADOS.....	15
6.1 O Povo Karão Jaguaribaras.....	16
6.2 Um pouco da história do povo Karão.....	16
7 CRONOGRAMA	18
8 REFERÊNCIAS	19
9 ANEXOS.....	21
9.1 Principais perguntas norteadoras	21

1 INTRODUÇÃO

Sem dúvida os principais aspectos marcantes para a descaracterização e sedimentação da cultura dos indígenas no Ceará, foi a invasão de suas terras, o grande massacre, a retirada de seus locais para educá-los como europeus, o grande aldeamento, substituição de suas culturas e crenças pela cultura europeia e religião dos educadores na época, a formação de elite, divisão do ensino por funções e status, lei de terras de 1850 e a repressão de pessoas com o poder aquisitivo mais elevado interessado em suas terras e em seus serviços tornando-os indivíduos ligados diretamente ao serviço doméstico subalternos dos colonizadores (LIMA, 2018).

As populações indígenas sofrem processos de invisibilidade, violência e exclusão desde à colonização. Diante desse histórico, grupos indígenas são tratados à margem da sociedade. Ao longo dos séculos, em meio a lutas intensas, conseguiram sobreviver e se reproduzir, realizando atividades de subsistência. Seu modo de vida atual necessita um tipo de reprodução social que considere o seu não-isolamento. Com a constituição de 1988, criou-se um importante marco na garantia dos direitos indígenas, pois o estatuto do índio de 1973, seguia um velho código civil brasileiro de 1916, onde previa prioritariamente que as populações deveriam ser integradas ao restante da sociedade.

A constituição de 1988 altera esta ideia, reconhecendo aos índios o direito de manter sua própria cultura, organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e principalmente o direito originário sobre as terras que ocupam. Tal direito constitucional pelo território, obtido pelos povos indígenas, abre espaço para uma compreensão de como tem sido utilizado o território, considerando suas identidades e as atuais políticas públicas criadas visando sua reprodução socioeconômica. Nem todas as comunidades são beneficiadas e atendidas pelas políticas, especialmente aquelas que não estão envolvidas nos movimentos de reivindicação de seus direitos, o que retarda seu envolvimento e beneficiamento pelas políticas criadas. Nesse caso, as famílias acabam participando da economia predominante, principalmente pela produção agrícola, normalmente recebendo baixas remunerações e dependentes de intermediários para a comercialização.

Sabe-se que os índios brasileiros são descritos em grande número de diferentes grupos étnicos que habitam o país a milênios, bem antes do início da colonização portuguesa no século XVI. Estavam divididos em tribos que tinham seu cacique, uma espécie de líder político que administra o povo, o Pajé como responsável por transmitir o conhecimento e a cultura e também cuidava da parte religiosa e medicinal, conhecendo as ervas, plantas e

rituais retirados da natureza e alimentavam-se de caça, pesca, coletas e da agricultura itinerante. Para sobreviver, renunciaram a identidade indígena em diversos contextos, por medo.

No caso do Estado do Ceará, os povos indígenas apresentam-se em 15 etnias representada pela Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará (FEPOINCE) espalhadas pelo Ceará, estando apenas uma única terra indígena regularizada (BRITO, 2017). Diante do processo moroso de titulação, as famílias fazem uso de parte dos seus territórios e recursos, e buscam reproduzir ali suas práticas econômicas e socioculturais. Em alguns casos, pela falta do território titulado, a alternativa econômica para as famílias se dá fora de suas terras, o que promove a dissolução da comunidade com seu território. Nessa perspectiva, se pretende neste projeto ser um aglutinador de experiências teóricas e práticas com povos indígenas. Por isso, esta pesquisa se direciona a mais um povo indígena, os Karão Jaguaribaras, que estudaremos principalmente a comunidade que é estabelecida no município de Aratuba. Trata-se de um povo em processo de resistência para ter seus direitos constituídos garantidos.

Nesse contexto, compreender como essa comunidade indígena Feijão que se localiza nas divisas dos municípios de Aratuba e Canindé ambas no Estado do Ceará, usa seu território, o acesso às políticas públicas e quais impactos vêm sendo causados pelo processo de desenvolvimento se torna um importante instrumento de avaliação para esses grupos.

2 TEMA

Políticas Públicas para povos indígenas.

2.1 Problema

Quais são as políticas Públicas que o povo Karão Jaguaribaras tem acesso?

2.2 Objetivo Geral

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o acesso às políticas públicas pela comunidade. Trata-se de realizar diagnóstico sociocultural, econômico e ambiental, destacando as políticas disponíveis para cada dimensão.

2.3 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos, o presente trabalho buscará: - desvendar quais as políticas públicas o Povo Karão Jaguaribaras tem, mas não acessam; - conhecer os motivos pelos quais algumas políticas não chegam às comunidades Karão Jaguaribaras; - conhecer sua história, seus costumes, bens materiais e imateriais, ligações espirituais, suas formas de reprodução social, de modo a destacar a contribuição deste povo no espaço cearense e no mato de Baturité e adjacências; - Entender os impactos das produções agrícolas coloniais para a comunidade e para seus territórios; - pontuar as mudanças no modo de vida e seus impactos na cultura pelo processo colonial

3 JUSTIFICATIVA

Ao longo do processo de colonização do território Brasileiro os nativos vem sofrendo com uma serie de ultrajes a qual vem a cometer o etnocídio e a perda de suas culturas e domínio de seus territórios, entre diversos outros, que os invisibilizam na suas necessidades mais gritantes, realidade que vai mudando de acordo com suas conquistas com a promulgação da carta magna de 1988, sendo reforçada pela convenção 169 da OIT que visibiliza os povos indígenas e tribais, suporte que permite e da força a povos indígenas da seu grito de existência, e deixa para esses povos uma serie de direitos. Aos poucos grupos étnicos vão quebrando seus silêncios e reivindicando seus direitos, como é o caso do povo Karão Jaguaribaras, dessa forma o projeto tem como parte investigar como se dá esse acesso inicial as políticas públicas bem como entender o que para o povo esse políticas.

Essa discursão servirá para dá início a um universo ainda pouco explorado sobre o acesso a politicas publicas pelo próprio povo, como também a interpretação inicial do povo sobre seus direitos e como acessar, também abrirá um leque pra diversa outras pesquisas relacionadas ao povo Karão Jaguaribaras já que se compreende de um povo declarado quatro vezes extintos, e que até os dias atuais resistem. Dessa forma essa atividade servirá de fortalecimento da identidade desse povo, como uma troca reciproca a enriquecer mais ainda

os conhecimentos e visões de mundo somado com as cosmologias e experiências de lutas do povo Karão Jaguaribaras. A escolha dessa comunidade deve-se ao fato de se encontrarem em grande vulnerabilidade por não terem dentro de sua comunidade projetos que assegure, de acordo com a constituição, a manutenção de sua cultura, Além disso, o fortalecimento do povo através de publicações acadêmicas. Esta pesquisa justifica-se também por investigar uma rica cultura popular, a cultura dos povos indígenas que habitavam e ainda habitam o maciço, buscando a valorização da cultura cearense como também suas diversas histórias que formaram a cultura da sociedade cearense.

4 METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho e de natureza qualitativa e quantitativa envolve levantamento de dados primários e secundários e técnicas participativas. Também consiste com a participação direta do povo indígena Karão Jaguaribaras. Como dados secundários documentos, artigos, dissertações e teses já publicados e, como dados primários, realizaremos oficinas participativas e entrevistas semiestruturada, buscando conhecer as formas de uso e ocupação de territórios, as diversas atividades socioeconômicas e culturais desenvolvidas e o acesso às políticas públicas.

No levantamento primário será realizada com perguntas semiestruturadas, e documentos elaborados sobre a etnia e trajetória dos mesmos direcionadas aos povos, em principal os do Kalembe feijão, pois possibilita um melhor aproveitamento dos dados, tornando possível a problematização da investigação e ultrapassando os conceitos e suposições, flexibilizando a temática dentro do contexto abordado. Assim dará destaque ao suas interpretações, baseado em fatos comuns para o povo. “A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”. (CRESWELL, 2007, p. 26).

No levantamento secundário serão utilizados os referenciais aqui apresentado, e também outros mais que irão surgindo no decorrer do da execução do projeto e nas roupagens advinda das percepções com Povo Karão Jaguaribaras sobre o significado particular sobre políticas públicas, dessa forma pode se agregar novos significados. A participação do povo terá grande relevância tanto na moldura, quanto na produção de materiais.

Além das entrevistas semiestruturada serão produzidos mapas e materiais de áudio visuais, sendo que esse material deverá ser organizado e maleável conforme a necessidade de

sua utilização, depois de analisado e transcrito seguirá um roteiro conforme o roteiro da pesquisa. Pretende-se envolver todas as faixas etárias que constitui o Kalembe Feijão, afim de obter o máximo de diversidade de expressões e visão de mundo, afim de enriquecer os resultados, e atender às demandas do município onde a comunidade está inserida. Ressaltando algumas vezes meu lugar de fala como pertencente a esse povo.

A análise dos dados será realizada à luz dos referenciais sobre políticas públicas e as ferramentas para o diagnóstico sociocultural, econômico e ambiental. Trata-se de levantamento de informações abrangendo dificuldades e potencialidades (econômicas, sociais, ambientais e políticas), cujos resultados serão discutidos com lideranças das comunidades com o propósito de encaminhar ações prioritárias demandadas pelas comunidades aos gestores estaduais e municipais.

Essa pesquisa surgiu a partir da análise das lutas do povo Karão Jaguaribaras ao acesso as políticas públicas, onde se apresenta na face mais uma ferramenta de conhecimento da própria realidade do povo frente às políticas públicas que formam o Estado Brasileiro. A partir dessas análises e com parceria com o Grupo de estudos com os povos indígenas (GEPI – UNILAB) se construiu uma primeira versão do projeto e resultados, financiado através de bolsa PIBIC. As experiências de vidas e a trajetória de resistência do povo envolvido terá grande destaque, como forma de enfrentamento decorrente de séculos contra estruturas violentas principalmente as estruturas coloniais, que desrespeitam a existências e as formas de vida das populações diferenciadas em nosso país.

Assim terá uma análise de estratégias de sobrevivências em meio as suas necessidades, vindo a fortalecer suas resistências, que vem sendo violentadas por séculos, por ideologias empregadas no universo eurocêntrico, principalmente decorrentes a perda de seus espaços e por políticas públicas que muitas vezes se apresenta de forma contrarias as populações diferenciadas, como também a falta de diálogo que pode ter ligação direta com a falta de informações, levando em consideração a diversificação em um todo e a particularidade de cada grupo.

Metas - Elaboração de mapa de uso e ocupação do território da comunidade estudada; - Realização de oficinas de elaboração participativa do mapa de uso e ocupação do território; - Elaboração do material sobre o uso de recursos naturais, agricultura e acesso a políticas públicas em famílias da comunidade; - Realização de oficinas de apresentação e validação dos resultados levantados com os envolvidos; - Apresentação de 1 trabalho final.

5 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

Entende-se por políticas públicas como regra fundamental de elaboração para enfrentamento de um determinado problema público, porém, “qualquer definição de política pública é arbitrária” (SECCHI, 2012). Os referenciais utilizados no presente estudo buscará par afim de alcançar os objetivos, contextualizar a relação existentes nas lutas e conquistas dos direitos de ser e está e as políticas públicas, e para isso, conceitos relacionados à outras formas de desenvolvimento para além do crescimento econômico.

Percebe-se na atualidade, que a realidade do ser indígena se encontra marcada por estereótipos que define ser um índio. “Um ser sem civilização, sem cultura, incapaz, selvagem, preguiçoso, traiçoeiro, etc.”, ora “o índio é um ser romântico, protetor das florestas, símbolo da pureza, quase um ser como o das lendas e dos romances” (LUCIANO, 2006).

O Estado brasileiro carrega em sua essência aspectos coloniais, de uso e ocupação do território como também o emprego das atividades agrícolas aos meios econômicos, é notório quando olhamos para as demanda dos movimentos sociais em retomada de seus espaços, e também Impactos ambientais na geração de desigualdade social. “Esse conceito só pode ser compreendido através da lógica da acumulação capitalista que necessita de novos mercados e novas áreas para sua exploração como uma condição necessária para a reprodução ampliada do capita” (LIMA, Maria Messias F, 2016).

Os impactos sócio ambientais vem ganhando grande destaques na atualidade, e a tomada de consciência se torna inevitável devido a trágicas mudanças climáticas, “à medida que essa consciência se revela, torna-se cada vez mais claro que os desequilíbrios se caracterizam pelas diversas formas como a sociedade relaciona-se com o meio ambiente” (ABREU, Lucimar Santiago 1994). O viés prático e ideológico executado no brasil permite violências claras nos aspectos sócio ambientais, tais atos faz que se gere mais conflitos principalmente par as populações tradicionais de culturas de subsistências diversas, onde anda juntos cultura e meio ambiente.

O modelo de desenvolvimento proposto para o campo brasileiro foi gestado nessa perspectiva, de permitir a exploração do espaço rural pelo capital mundializado. No campo teórico são apresentados vários argumentos favoráveis ao DTR ao mesmo tempo em que as políticas públicas para a resolução da questão agrária brasileira se tornam mais limitadas. (...) a ampliação da exploração capitalista no campo decorrente do ajuste espacial do capital. E quando o capital se expande asfixia a (re)produção campesina. Sic (LIMA, Maria Messias F, 2016)

A base principal de uma análise sobre políticas públicas é a verificação de que tipo de política pública que está sobre análise (SECCHI 2012). O que leva na rota da base de uma primeira análise que irá se aprofundando sobre um alto diagnostico do povo Karão Jaguaribaras, com suas interpretações sobre o que são políticas públicas. “Esse papel compete ao analista de políticas públicas, que deve ser capaz de entender os detalhes e os contornos de uma política pública, bem como extrair dali seus elementos essenciais” (IDEM 2012). Com isso tona-se possível que se perceba os elementos centrais de luta por direitos e a construção de novas demandas para esse povo.

As políticas públicas para os povos indígenas consistem no reconhecimento desse direito à propriedade, porem o fato do acesso aos direitos constituídos estar condicionar ao território muito dificulta o fortalecimento de núcleos, que em meio a muitos conflitos acaba atrasando os acesso a essas políticas, de forma a garantir a segurança jurídica para reprodução física, social, econômica e cultural dos povos indígenas. “O reconhecimento da diferença cultural acaba por ficar comprometido se for construído desconsiderando a dificuldade de um diálogo entre culturas tão diversas” (SILVA, Heter 2018). Nesse sentido alguns aspectos a ser levantado em consideração pelo estudo, para ser possível incorporar e auxiliar de tal ponto a permitir entender o universo do povo Karão Jaguaribaras.

É comum nas sociedades tradicionais que vivem no campo a prática da agricultura familiar de subsistência, usada a produção apenas para o consumo ou pouco usado de forma comercial, assim as suas interpretações de mundo são muito diversificada, e muito levada em consideração o território, uso e ocupação dele, bem como a manutenção do meio ambiente, e grandes preocupações na alto sustentabilidade, sendo na dinâmica política brasileira cada vez mais reduzida.

Dentre as principais ameaças e desafios enfrentados pelos povos indígenas podem-se citar aqueles relacionados à integridade das terras indígenas e ao controle sobre acesso ao território; às mudanças nos sistemas econômicos (inserção na economia de mercado, produção em escala, novos hábitos de consumo); às mudanças no padrão de ocupação e uso do território (diminuição da mobilidade, concentração populacional devido a acesso a serviços, aumento da população); às alterações no meio ambiente e na qualidade e disponibilidade dos recursos naturais e às mudanças nos sistemas sociais, políticos, culturais e de tomadas de decisão (relação com Estado e parceiros, movimento indígena, valorização das questões de gênero e geração). (FUNAI, PGTA 2013)

Por constituir-se em comunidade inserida em espaços rurais, sua dinâmica de produção depende em muito da sustentabilidade das atividades agrícolas considerando sua relação com o território e a natureza. Além disso, articulam-se preocupações contemporâneas

relativas à conservação e uso sustentável dos recursos naturais com a emergência de outros modelos de desenvolvimento, que muito atuam na luta para a conservação ambiental por fazer parte de seus corpos.

Nesse estudo, está em questões temas bem pertinentes ao contexto do Kalembe (Aldeia) e ao povo Karão Jaguaribaras, para tanto, o que pretendo trabalhar nesta pesquisa é: destacar as políticas territoriais, o que ela envolve, qual relação a mesma tem com a característica de poder, o porquê dos conflitos, onde fica o protagonismo indígena para implementação dessas políticas de direito, para depois analisar seu protagonismo na criação e garantia de seus direitos constituídos. As políticas públicas na visão dos indígenas se dá a partir das elaborações construtivas de vivência em coletivo, não apenas o coletivo humano, mas com toda categoria que envolve um cosmo, nela inclui, animais, plantas, entre outros seres agraciados pelo que denomina-se vida, num espaço entre encarnados e desencarnados.

Trabalhos de autores como Lucimar Abreu revela os impactos ambientais na agricultura, desse modo buscamos entender como essas grandes estruturas impactam nas comunidades que tem seus modos particulares de ser, como é o caso das comunidades indígenas, que em sua maioria praticam a culturas de subsistência e de maneira menos comum a produção econômica, mas que são afetadas principalmente com as questões ambientais e a falta de espaço para praticarem as suas culturas ancestrais, como também a influência da criação de políticas voltadas para a geração de lucro através da lida com a terra.

Assim, a organização social da produção no modelo tradicional obedece a utiliza lógica que é determinada pelo conhecimento dos recursos naturais, pelas possibilidades concretas de utilização dos mesmos e principalmente pelas necessidades de reprodução social. O espaço/tempo possui aqui uma dimensão na qual a produção agrícola não destrói as condições dos recursos naturais, os desgastes provocados pela sua utilização não atinge o limite para sua recomposição, não existe nesse processo de trabalho a produção de resíduos tóxicos. (ABREU Lucimar Santiago 1994, Pg.44.)

O enraizamento do capitalismo no campo consiste em comprometer e invisibilizar algumas práticas de agricultura, ora, os elementos das relações entre o ser do campo e a introdução das máquinas industriais são elementos que contribui com a mais-valia das produções. “O modo de produção capitalista necessita de meios que possibilitem a reprodução ampliada do capital, a transformação do D em D’ através da criação e ampliação da mais-valia.” (LIMA Maria Mesias f, 2016). Sendo nesse contexto, a elaboração minuciosa do

impacto decorrente da exploração, essas questões serão analisadas a partir de sistemática semiestruturadas, conduzidas em campo onde essas informações servirão de grande apoio para o próprio planejamento (VERDEJO 2006).

Também será incorporada na mesma proporção aspecto de desenvolvimento territorial, Diagnostico Rural participativo (DRP) (VERDEJO 2006). Essa estrutura foi criada a partir da política de assistência técnica e extensão rural em 2006, vindo de uma adaptação publicado pelo Centro Cultural Poveda, de autoria de Miguel Expósito Verdejo. Métodos e Técnicas de Diagnostico Participativo em sistema de uso da terra (EMBRAPA 2007) Esses diagnósticos se apresentam como instrumento que torna possível a identificação do sistema de produção, que aponta restrições e oportunidades. “O intuito é compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos e saberes, a fim de perceber melhorar as suas habilidades de planejamento e ação O respeito ao conhecimento cultural na gestão dos recursos naturais e humanos é o meio básico para se chegar à sustentabilidade do uso dos recursos e da organização social. A identidade cultural (valores, normas, visões, conhecimentos e costumes) produz vias endógenas de desenvolvimento” (VERDEJO 2006).

Para isto é necessário um processo de aprendizagem mútua entre a comunidade e os Agentes (...). As diferentes percepções levam, necessariamente, a contradições na aplicação e interpretação de alguns instrumentos do DRP. Não se pode nem se deve evitar isto. Aprender com as diferentes percepções e interpretações é uma característica-chave do DR P (VERDEJO 2006).

As informações, quanto ao acesso e aos impactos das políticas públicas no uso dos territórios, nas formas de manejo dos recursos naturais, na qualidade de vida e geração de renda, em comunidades indígenas principalmente para o povo Karão Jaguaribaras com formação histórica distintas da sociedade. Essa tese admite a existência de outras formas de desenvolvimento e produção consideradas nesses territórios, a partir do reconhecimento das especificidades territoriais, com atividades, cosmologias que levem em conta a identidade, a cultura e a conservação da natureza, favorecendo o desenvolvimento dessas comunidades.

6 RESULTADOS ESPERADOS

A partir desse estudo será possível compreender a realidade vivida pelo povo em questão, tais aspectos a conhecer o Povo Karão Jaguaribaras mais, a fim de se buscar soluções que garantam a prosperidade futura, que a partir do estudo será possível compreender tais aspectos, conhecê-los a fundo a fim de se buscar soluções que garantam e os assegurem-lhes o

direito de viver de acordo com seus costumes. Apresentamos a seguir, um pouco da história deste povo.

6.1 O Povo Karão Jaguaribaras

Segundo a Organização indígena Karão Jaguaribaras (OINKARAS), o povo está localizado nos municípios de: Aratuba, Baturité, Capistrano e Canindé, como Kalembre (Aldeias) organizadas, cita ainda a presença de diversas outras comunidades, que preferem por seus motivos particulares permanecerem em silêncio. Esse povo se organizam de acordo com suas cosmologias, e as dinâmicas envolve todos os Kalembres, que gira em orbita de seus modos de produção e reprodução. O Kalembre Feijão recebe frequentemente esses sujeitos das demais comunidade, seja para festejos e produções agrícolas de suas agriculturas, vale ressaltar que a maioria principal os mais idosos só come o que produz.

O Kalembre Feijão fica localizado nas divisas dos município de Aratuba e Canindé, mas também faz aproximação com Choró e Itapiúna como um marco divisor, num território que os Karão chamam de Muxió, nome também do antigo Chefe desse povo [século XVII] que dominava esse complexo. Além das frequentes migrações sazonais, permanece fixamente na Terra Indígena (TI) Feijão cerca de 30 núcleos familiar, que vivem quase que inteiramente de suas agriculturas de subsistência.

6.2 Um pouco da história do povo Karão Jaguaribaras

O povo Karão Jaguaribaras que tem seu berço na Serra de Baturité, e estudaremos principalmente a comunidade que é estabelecida no Kalembre feijão localizada nas divisas de município de Aratuba e Canindé (CE). Trata-se de um povo em processo de resistência para ter seus direitos constituídos garantidos.

O povo Karão Jaguaribaras ou em muitas de suas denominações, tem em seus histórico a ocupação primária do território nas serras cearenses próximas ao litoral, com destaque a Batryté ou Ubutryté que hoje corresponde o maciço de Baturité onde se formou seus núcleos centrais e que ao logo dos séculos vem mostrando um símbolo de resistência na defesa de seus espaços. Karão significa o grande espirito da agua doce, espirito esse que guia pelos rios e ruma as nascente onde nasce esse grande espirito.

O nome “Jaguaribaras: Horda selvagem que vagava nas proximidades do rio Jaguaribe”. Araripe, Hist. Cit., p 16. Ety.: Senhor do Jaguaribe, Jaguaribe e Jàra; senhor

porque presumia dominar as margens do rio”. (Fonte: Vocabulário indígena em uso na província do Ceará publicado em 1887 (...)). Na carta provincial do padre João Leite Aguiar, 15 de maio de 1696 cita a presença dos tapuyas Jaguaribaras como habitantes da serra de Baturité e em outras serras nos limites da capitania (apud Pinheiro 2002, p.45), Na carta de Pedro Lelou que escreve a sua majestade em 20 de agosto de 1696 fala dos aldeamento de uma nação Jaguaribaras a 8 léguas da capitania que já estavam aldeados e alguns batizados (Algumas origens do Ceará 1801, P. 145).

Este povo reside há séculos na serra de Baturité. São provavelmente do tronco linguístico Arauak (LIMA NETO 2019). Quando analisamos documentos em busca de classificações da língua da nação Jaguaribaras e quando emergimos um pouco mais na suas línguas e dialetos percebe-se a incorporação de diversos troncos linguístico como o Arauak, Tupy antigo e o Dzbukuar, onde leva a entender uma cultura multilíngue mas com suas peculiaridades e cultura das semelhantes as diferenças, sendo em documentos antigos classificados como povos de línguas indeterminadas, tendo esse povo suas próprias características. Um dos termo mais conhecidos na serra de Baturité para identificar a “família” indígena além do etnônimo Karão, é o BARAS (se pronuncia BALAS), que vem da palavra JAGUARIBARAS, onde em seu processo de missionamento foram eles batizados com primeiro nome de santo e o outro do nome étnico (exemplo: Francisco Baras, Maria Baras...).

Atualmente há carência de informações, quanto ao acesso e aos impactos das políticas públicas no uso dos territórios, nas formas de manejo dos recursos naturais, na qualidade de vida e geração de renda, em comunidades com formação histórica distintas da sociedade. Muito das populações tradicionais e originárias vivem a mercê do estado, sendo os mesmo beneficiado por algum programa social, esses programas geralmente serve de complemento a manutenção das unidades familiares, que se imagina que a perda de seus territórios não é mais possível a pratica da agricultura capaz de manter o sustento e o acesso de direitos básicos a vida.

A abordagem aqui proposta auxiliará na análise, elaboração e acesso às políticas públicas para as comunidades em questão e evidenciará sua relação com o território e a necessidade da titulação dos mesmos. Por fim, espera-se com esta pesquisa fortalecer aos povos que lutam para alcançar seus direitos.

7 CRONOGRAMA

2021						
ATIVIDADES	JAN	FEV	MAÇ	ABR	MAI	JUN
LEVANTAMENTO DE REFERENCIAIS TEÓRICOS SOBREA AGRICULTURA, POLITICAS PUBLICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITÓRIAL, DE COMUNIDADES KARÃO JAGUARIBARAS	X					
FICHAMENTO DOS ESTUDOS		X				
ELABORAÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO			X			
REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO, ENTREVISTAS E OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE				X		
ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS					X	
APRESENTAÇÃO DOS RESUTADOS FINAL						X

8 REFERENCIAS

ANTONIO BEZERRA: Algumas origens do Ceará 1801, P. 145

ABREU, Lucimar Santiago 1994. Impactos sociais e ambientais na agricultura, uma abordagem histórica de um estudo de caso

BRASIL (1998). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 07 de outubro de 2020

BRITO, T. Apenas uma das 25 áreas indígenas do Ceará está regularizada. In: OPOVO Online, 19 de abril 2017. Disponível em <<http://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/04/apenas-uma-das-25-areas-indigenas-do-ceara-esta-regularizada.html>>. Acesado em 28 maio 2017.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa métodos qualitativos, quantitativos e mistos. São Paulo 2010

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO AMBIENTAL. Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: Orientações para Elaboração. – Brasília: FUNAI, 2013. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cggam/pdf/Cartilha_PGTA.pdf> acessado em 13/10/2020

LIMA, Maria Messias F. Crítica à Economia Política do Desenvolvimento Territorial Rural. 2016. Tese (Doutoranda em antropologia) - Universidade Federal da Paraíba, 2016

LEITE NETO, João. Índios e terras no Ceará. 2006

LEAL, Vinícius Barros. Conquista e povoamento do maciço de Baturité 1972

LIMA, F.G.C. Relatos informais, 2018.

LIMA NETO, Valdivino José de. As Classificações etnolinguísticas dos povos Indígenas do Ceará, segundo os intelectuais do Instituto do Ceará, (1926-1963). 2019. 61 f. Dissertação (Graduação em História) - Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro Do Norte-Ce, 2019

LUCIANO, Gersem dos Santos. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/ Museu Nacional, 2006.

MÉTODOS E TÉCNICAS DE DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO EM SISTEMAS DE USO DA TERRA>Disponível em: <https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2015/03/M%C3%A9todos-e-t%C3%A9cnicas-de-diagn%C3%B3stico-participativo-em-sistemas-de-uso-da-terra.pdf>. Acessado em 24 de setembro de 2020

MAGALHÃES, Augusto César. Uma viagem pela história de Canindé. Ensaio cronológico e iconográfico dos primórdios aos dias atuais. Canindé-CE: Instituto Memórias de Canindé, 2003.

OIT. Convenção 169; Organização Internacional do Trabalho; Povos Indígenas e Tribais; Cortes; América Latina; Aplicação de Tratados Internacionais. Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20%C2%BA%20169.pdf>> acessado em 13 outubro de 2020

PEREIRA STURDAT, Carlos. As tribos indígenas do Ceará

PINHEIRO 2002, p.45: documentos para a história colonial, especialmente a indígena no Ceará (1690-1825)

SECCHI, Leandro. Introdução: percebendo as políticas públicas. 2012.

STUDART FILHO 1931. Notas históricas sobre os indígenas cearenses

STURDAT FILHO. Os Aborígenes do Ceará I. Revista trimestral do instituto do Ceará

SILVA, Herter 2018, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROTAGONISMO INDÍGENA <http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/direitosculturais/article/view/2390/1512>

STURDAT FILHO. Os Aborígenes do Ceará II. Revista trimestral do instituto do Ceará.

SAHLINS, M. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção pt.2: Mana: Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.103-150, 1997

VERDEJO, M. E. Diagnóstico Rural Participativo: um guia prático. Brasília: Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

VOCABULÁRIO INDÍGENA EM USO NA PROVÍNCIA DO CEARÁ 1887: Instituto do Ceará. Disponível em <

http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=33021&catid=433&Itemid=101 >. Acessado em 25 de outubro de 2020

9 ANEXOS

9.1 Principais perguntas norteadoras

QUESTIONÁRIO 1	
1	O que são políticas públicas para o Povo Karão Jaguaribaras?
2	Quais as principais necessidades da comunidade que se entende como demanda para políticas públicas?
3	De onde devem surgir as políticas públicas?
4	Qual importância das políticas públicas para Aldeia Feijão?
5	Qual principal problema se tem pelo não acesso às políticas públicas?
6	Quais as principais políticas públicas o povo Karão tem acesso?
7	Quais políticas públicas o povo Karão deveria acessar e não acessa?

QUESTIONÁRIO 2	
1	Qual sua categoria de trabalho?
2	O que você acha mais prazeroso fazer na terra?
3	Que tipo de grãos você gosta de plantar?
4	O que a agricultura representa em sua vida?
5	O que a agricultura representa pra sua comunidade?
6	Como foi sua trajetórias escolar?
7	Qual sua rotina com as equipes de saúde?